



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 12 DE ABRIL DE 2024

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)  
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)  
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)  
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 6 minutos.

Ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da lei de acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, procedeu-se a um debate preparatório do Conselho Europeu Especial, com a participação do Primeiro-Ministro,

que, após uma intervenção inicial, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [Regina Bastos](#) (PSD), [João Paulo Rebelo](#) (PS), [Bruno Nunes](#), [Francisco Gomes](#) e [António Pinto Pereira](#) (CH), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Isabel Pires](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas.

O Sr. **Presente**: — Estamos em condições de começar os nossos trabalhos.  
Está aberta a sessão.

*Eram 15 horas e 6 minutos.*

Solicito aos Srs. Agentes da autoridade o favor de abrirem as galerias ao público.

A nossa ordem do dia consiste no debate preparatório do Conselho Europeu, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia (Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto).

Para a intervenção inicial, dou a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, que para o efeito dispõe de 8 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Luís Montenegro): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Neste primeiro debate preparatório do Conselho Europeu da atual Legislatura, começo por afirmar que o Governo português dará continuidade ao firme compromisso de Portugal com os valores da União Europeia e com o reforço do projeto europeu. Entendemos que esse é o melhor caminho para salvaguardar o interesse nacional e o interesse e o bem-estar dos portugueses. Estamos, por isso, empenhados na construção de uma Europa próspera e sustentável, uma Europa social que não deixa ninguém para trás, uma Europa segura, num ambiente geopolítico que, sabemos, é hoje complexo, turbulento, volátil, e também uma Europa mais forte no plano internacional, no plano mundial.

Refletindo a incontornável importância da União Europeia e o nosso empenho em promover uma maior participação eleitoral, estamos também empenhados em ter uma campanha muito intensa para sensibilizar os cidadãos portugueses na participação política nas próximas eleições europeias. Estamos, no Governo, muito empenhados em poder desenvolver os mecanismos que possam facilitar essa participação, seja com o voto em mobilidade, seja com a adesão massiva dos portugueses, que possam ter outro calendário no fim de semana seguinte, em utilizar o voto antecipado.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a reunião extraordinária do Conselho nos próximos dias 17 e 18 de abril inclui dois temas de grande importância: a competitividade europeia e o mercado interno e as relações da União Europeia com a Turquia. O primeiro ponto, relativo à competitividade e ao mercado interno, é naturalmente aquele que vai preencher a maior parte da atenção desta reunião. O modelo económico e social europeu é único e, de forma geral, tem sido um alicerce de inovação e crescimento para os Estados-Membros, para os cidadãos e para as empresas. Mas este modelo, que os tratados descrevem como economia social de mercado altamente competitiva, exige uma constante evolução e adaptação para lidar com os desafios da evolução demográfica, para responder à crescente concorrência no plano internacional, para reagir às exigências e às oportunidades das novas tecnologias, para reduzir as dependências da Europa em alguns setores estratégicos. Assim, o objetivo deste Conselho é acelerar o trabalho nas áreas em que a Europa está empenhada em fazer mais e em fazer melhor.

Como disse, num contexto geopolítico que é desafiante e sempre com uma preocupação para a transição digital e climática, o nosso entendimento é o de que o mercado único constitui um fator fundamental para a competitividade e para a liderança da Europa num contexto global. Mas é também essencial para que esse mesmo mercado único promova uma concorrência cada vez mais justa no interior do espaço europeu e que funcione como um fator de convergência, de coesão, de desenvolvimento sustentável em benefício de todos os Estados-Membros, de todas as regiões e de todos os cidadãos.

Destaco, por isso, quatro áreas.

Em primeiro lugar, temos de aproveitar plenamente as potencialidades do mercado interno para as nossas empresas e para os nossos cidadãos, reduzindo barreiras de todo o tipo. Para além disso, as nossas empresas, como, de resto, também os nossos cidadãos, não podem estar sobrecarregados em burocracias que são desnecessárias e que muitas vezes nos tiram a energia para a criação de riqueza, para o aumento da nossa competitividade e da nossa produtividade. Há, por isso, que reforçar o esforço de simplificação administrativa. É um desafio que é tão nacional como europeu e no qual nos vamos empenhar.

Em segundo lugar, a dupla transição verde e digital constitui também um eixo fundamental para a competitividade das nossas empresas e para a competitividade da economia europeia como um todo. Esta dupla transição será facilitada se a União dispuser de instrumentos comuns que permitam uma mais eficaz mobilização

do investimento, privado e público, e que facilitem o acesso das empresas ao respetivo financiamento. Para tal, é importante avançar no aprofundamento da união dos mercados de capitais e esperamos que neste Conselho esse passo possa ser desenvolvido. Quanto ao investimento público, defendemos que objetivos europeus, partilhados por todos, com uma convergência económica, devem também ser sustentados por instrumentos comuns. Citando a Presidente da Comissão Europeia, «uma política industrial comum requer financiamento europeu comum». O instrumento que está hoje à disposição dos Estados-Membros, no caso o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), que está a ser desenvolvido por todos os Estados-Membros, em complemento com a política de coesão, é uma fonte de inspiração precisamente para este objetivo de termos instrumentos de financiamento comuns.

Em terceiro lugar, continuaremos a defender uma política comercial europeia aberta. Queremos que a economia da União Europeia — de resto, como a economia portuguesa — tenha uma forte componente de exportações, mas também dependemos para isso da importação de muitas matérias-primas. Nada teremos a ganhar, portanto, com uma economia fechada. Em termos geopolíticos, também não temos nada a ganhar em fechar as portas a alguns parceiros internacionais da Europa, como o Mercosul e a Índia. Além disso, não há melhor maneira de exportar os nossos padrões sociais, ambientais e de segurança do que através de uma política comercial ambiciosa, dialogante e recíproca.

Em quarto lugar, não pode haver mercado interno nem uma economia europeia competitiva sem uma verdadeira União Europeia da Energia. Para tal, é essencial reforçar a aposta nas energias renováveis e também um forte investimento nas interligações energéticas, de que aliás temos feito muitas vezes menção como um fator essencial, quer do ponto de vista da nossa competitividade, quer do ponto de vista do cumprimento de objetivos na transição ambiental.

Deixo uma nota adicional sobre o setor agrícola. Qualquer discussão sobre a resiliência económica da União Europeia tem de olhar também para as necessidades deste setor estratégico. Por isso, também aqui vamos defender a redução do fardo burocrático para os agricultores no âmbito da política agrícola comum.

Um segundo ponto da agenda do Conselho Europeu é o debate sobre as relações entre a União Europeia e a Turquia.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — A Turquia, como sabemos, é um parceiro da maior importância para a Europa, com o qual será necessário e essencial manter uma relação equilibrada. Devemos explorar o potencial de relançamento de uma agenda positiva com a Turquia, sempre no estrito respeito pelos valores fundamentais da União e respeitando também o imperativo de solidariedade entre todos os Estados-Membros.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, concluo enfatizando a importância da execução dos fundos europeus para Portugal. Como tive ontem ocasião de referir aquando da abertura do debate sobre o Programa do Governo, é importante termos mais transparência, é importante termos mais fiscalização e é importante termos mais execução. O nosso objetivo aqui é executar muito, mas é, como também tive a ocasião de dizer, executar bem.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente:** — Entramos, agora, na fase de perguntas dos grupos parlamentares.

Para o efeito, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Regina Bastos, do Grupo Parlamentar do PSD, que dispõe de 8 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Regina Bastos** (PSD): — Sr. Presidente da Assembleia da República, é um privilégio tê-lo a presidir à nossa Assembleia e aos nossos trabalhos. Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, começo por felicitar o Sr. Primeiro-Ministro pela missão tão nobre que agora tem e fazer votos das maiores felicidades para V. Ex.<sup>a</sup> e toda a sua equipa.

Este será o primeiro Conselho Europeu em que Portugal, depois de oito anos, será representado por um Primeiro-Ministro social-democrata, o que registamos com orgulho. Neste debate, para além do acordo europeu para a competitividade, que consta da ordem de trabalhos do Conselho Europeu Extraordinário dos próximos dias 17 e 18, não podemos deixar de abordar diversos assuntos da relevância da atualidade europeia. Os

diagnósticos sobre a situação da Europa apontam para um cenário de múltiplas crises nos últimos tempos: a crise económica e financeira, a crise social, a crise dos refugiados, a pandemia, a inflação e a guerra na Ucrânia. É neste contexto que o Sr. Primeiro-Ministro participa neste Conselho Europeu, que terá um caderno de encargos de múltiplas ações, como referiu, de múltiplas medidas, e a necessidade de os 27 Estados-Membros agirem em conjunto.

Sabemos que os Estados-Membros têm situações específicas e diferenciadas a exigir respostas adequadas. É uma certeza, Sr. Primeiro-Ministro, que em relação à guerra na Ucrânia estaremos convictamente ao lado das decisões da União Europeia e das diretrizes que adotará.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Regina Bastos** (PSD): — A coragem do Presidente da Ucrânia, Zelenskyy, é o guia para não se esquecer que nesta guerra estão a ser defendidos pelo povo ucraniano, contra um tirano invasor, os valores fundacionais do projeto europeu.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Também gostaríamos de deixar claro que a Rússia é a maior ameaça à segurança europeia.

Sr. Primeiro-Ministro, ontem, na apresentação do Programa do Governo, foi referida à necessidade de crescimento económico para dar às pessoas melhores condições de vida, para que as pessoas tenham respostas para os problemas do seu dia-a-dia. O crescimento económico é a condição fundamental para conseguir esse objetivo e assegurar a devida justiça social.

Neste Conselho Europeu, a economia é o principal assunto, a par da competitividade. A sustentar o que se tem chamado um «novo acordo europeu para a competitividade» há um propósito vital, o de apoiar as empresas. Na verdade, são as empresas os grandes agentes do crescimento económico, da criação de emprego e da criação de riqueza. É, por isso, necessário eliminar obstáculos para que as empresas se possam expandir na Europa e reduzir a burocracia é um *leitmotiv*.

Esses obstáculos são identificados também em setores estratégicos, nomeadamente a energia, as finanças, as telecomunicações e o setor bancário. O mercado único representa um potencial enorme, pois são quase 500 milhões de consumidores. Contribuir para o aprofundamento do mercado único dos serviços e assegurar a sua livre circulação dentro da União é um propósito inscrito no Programa do Governo. O relatório coordenado pelo antigo primeiro-ministro italiano Letta vai ser debatido no Conselho Europeu e propõe que se acrescente às quatro liberdades do mercado interno uma quinta, a de conhecimento e inovação. Lute por isso, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Regina Bastos** (PSD): — Há matérias que, infelizmente, continuam à espera de soluções para que existam condições de concorrência e igualdade entre parceiros. É o caso do comportamento da União Económica Monetária com a criação do sistema de garantia de depósitos. É urgente há demasiado tempo.

Os fundos europeus são um fator vital para o crescimento económico e a competitividade de países como Portugal. São a alavanca que permite aos Estados-Membros poderem superar-se. A verdade é que, nos últimos anos, o nosso País não tem estado ao nível do bom desempenho de outros países parceiros que entraram na União quase 20 anos depois, e exemplo disso é a Roménia. O quadro em que vão encontrar-se os chefes de Estado e de Governo aponta para um cenário de estagnação e inflação em alguns parceiros, como a Alemanha.

O Sr. Primeiro-Ministro fez este diagnóstico ontem, mas disse que «esta realidade não nos vai intimidar» — acabei de o citar. Em que medida é conciliável aquele diagnóstico de estagnação com este espírito otimista?

Sr. Primeiro-Ministro, a agenda positiva com a Turquia é um propósito, acompanhamos isso. Acompanhamos também a ambição de um novo alargamento da União Europeia à Ucrânia, à Moldávia, aos países dos Balcãs Ocidentais e à Geórgia. Esta é mais uma etapa que tem de ser conduzida com responsabilidade, mas com a certeza de que, no final, a União Europeia ficará mais forte e segura. Este alargamento, que será seguramente

um processo demorado, implicará uma nova arquitetura institucional e financeira. Vamos preparar-nos para ela, Sr. Primeiro-Ministro.

O Tratado de Lisboa está longe de estar esgotado no seu potencial reformador das instituições europeias, mas há quem entenda, nos meandros da política europeia, que um novo alargamento implica uma nova revisão dos tratados. Qual é a posição do Governo português?

Sr. Primeiro-Ministro, não fugimos a temas polémicos. Não queremos deixar dúvidas sobre o nosso posicionamento acerca do Pacto sobre Migração e Asilo, ontem aprovado pelo Parlamento Europeu. Há uma crise demográfica na Europa, a qual não é de hoje nem de ontem, que afeta o nosso futuro comum.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Façam filhos!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Rita, quantos tens?!

A Sr.<sup>a</sup> **Regina Bastos** (PSD): — Uma política europeia de migração eficaz, humanitária e segura é a única forma de honrar os valores europeus e a solidariedade e de respeitar a dignidade da pessoa humana.

Sr. Primeiro-Ministro, seria bizarro estarmos a dois meses da realização das eleições europeias e não as termos como tema neste debate. Serão eleitos 705 Deputados na União e será constituída a nova composição das restantes instituições europeias. O que nos interessa não é tanto saber quem vai ocupar os lugares não eletivos; o que importa verdadeiramente é garantir que a democracia representativa na Europa saia reforçada.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Regina Bastos** (PSD): — Dito isto, recordo a afirmação da Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, a propósito do crescimento dos movimentos populistas na Europa e dos efeitos perversos da desinformação, que passo a citar: «A nossa Europa pacífica e unida está a ser desafiada, como nunca, pelos populistas, pelos nacionalistas, pelos demagogos, sejam eles de extrema-direita ou de extrema-esquerda. O objetivo é o mesmo, querem espezinhar os nossos valores e querem destruir a nossa Europa.»

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Regina Bastos** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, partilha desta preocupação da Presidente da Comissão Europeia?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O tempo da intervenção é que já acabou!

A Sr.<sup>a</sup> **Regina Bastos** (PSD): — Finalmente, Sr. Primeiro-Ministro, Portugal está sobrerrepresentado nas instituições europeias com um total de quadros bastante inferior à média dos Estados-Membros, uma situação lastimável.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem de terminar.

A Sr.<sup>a</sup> **Regina Bastos** (PSD): — O número de candidatos portugueses que participam em concursos de recrutamento é reduzido, em face da dimensão do País.

Como pretende, Sr. Primeiro-Ministro, dinamizar a estratégia nacional para as carreiras europeias referidas no Programa do Governo e incentivar as candidaturas de cidadãos portugueses para repor o equilíbrio entre países?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

A Sr.<sup>a</sup> **Regina Bastos** (PSD): — Os meus votos de bom trabalho em Bruxelas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, por 8 minutos também.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Regina Bastos, uma saudação também à Sr.<sup>a</sup> Deputada neste seu regresso à atividade parlamentar. Queria cumprimentá-la pela exposição que acabou de fazer, pelas questões que colocou, pelos assuntos que trouxe a este debate — são muitos, vou tentar referir-me a todos eles.

Em primeiro lugar, Sr.<sup>a</sup> Deputada, relativamente à Ucrânia não há nenhuma dúvida. Tive já ocasião de conversar com o Presidente Zelenskyy e de lhe transmitir, em nome do Governo português, que, não obstante a mudança na força política que lidera o Governo, a nossa solidariedade se mantém intocável. Continuaremos a ser uma parte ativa da ajuda humanitária, da ajuda política, da ajuda financeira e mesmo da ajuda militar, no âmbito dos compromissos que foram assumidos e de outros que possamos vir a assumir nos próximos meses.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não há nenhuma dúvida de que Portugal e o Governo português estão do lado certo, do lado da paz, do lado do respeito pelos direitos humanos, do lado da democracia, do lado de quem foi invadido e agredido, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada teve ocasião de dizer.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Depois, Sr.<sup>a</sup> Deputada Regina Bastos, na questão da competitividade económica da Europa, a questão do mercado único remete-nos para tudo aquilo que são hoje desafios que todos os Estados-Membros — também Portugal — enfrentam naquilo que concerne ter como destino das políticas de cada Estado e das políticas da União Europeia o bem-estar das pessoas.

O objetivo do mercado único, o objetivo do reforço da competitividade das empresas europeias é garantir que os cidadãos da Europa têm, por um lado, as oportunidades que desejam, uma economia capaz de absorver as suas qualificações; e, por outro, um Estado social que assegura que ninguém fica para trás, um Estado social que assegura que, naquilo que é essencial ser garantido à vida dos cidadãos, não faltarão meios nem instrumentos para satisfazer as necessidades dos cidadãos.

O mesmo é dizer que, para haver bem-estar, para haver crescimento económico, para haver ganhos de competitividade na cena internacional, para haver capacidade de as pessoas sentirem que o Estado não lhes falha, temos de ter capacidade de criar riqueza. Para isso, é necessário aproveitarmos todas as oportunidades e, como disse, é necessário aproveitarmos também as oportunidades de termos modelos de financiamento que sejam comuns, que garantam o espírito da coesão e da solidariedade da União Europeia e que nos deem orientações a todos para não perdermos as oportunidades.

Desse ponto de vista, como disse ontem o Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, vamos cumprir o que está determinado e planeado no âmbito da aplicação e execução dos fundos europeus, mas confesso que, como português, gostava que o Governo anterior tivesse protegido mais a aplicação de fundos diretamente na economia do que aproveitado os fundos do PRR para suprir as insuficiências acumuladas de adiamentos de investimento público.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

E porque é que digo isto? Não é num espírito de luta político-partidária, é num espírito de estratégia de desenvolvimento, porque no espaço da União Europeia temos 26 Estados que estão a aproveitar este instrumento, que é o único igual para todos, para alavancarem o desenvolvimento das suas economias, injetando este financiamento diretamente na economia para crescerem em inovação, em investigação, em investimento que gera retorno, que gera criação de riqueza e que gera também aumentos de competitividade.

Ora, um Estado como o português, que centrou a grande fatia do investimento no investimento público — que também é necessário! —, ao ter esta estratégia não terá as mesmas oportunidades de acréscimo de competitividade e, daqui a quatro ou cinco anos, quando os efeitos destes investimentos chegarem à economia

real e à competitividade dos países, teremos uma dificuldade e um desafio acrescidos, precisamente porque não fizemos a mesma opção. Tivemos uma opção diferente e estaremos, do ponto de vista económico, com esse desafio maior.

Em todo o caso, devo repetir aquilo que ontem já tive ocasião de dizer: tentaremos agilizar, tirar burocracia que é desnecessária, burocracia que é um bloqueio à execução destes investimentos, e, através do investimento público, fomentar mais competitividade na nossa economia.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, é verdade que a União Europeia também olha para o futuro tentando acrescentar à liberdade de circulação de pessoas, de mercadorias, de serviços e de capitais o conhecimento e a inovação, precisamente nesta perspetiva que acabei de enunciar. A Europa será mais competitiva se estiver na linha da frente do conhecimento, se estiver na linha da frente da inovação, se conseguir chegar mais cedo do que os outros contendores internacionais, no comércio internacional, são capazes de fazer.

Portanto, estamos de acordo com esta tendência que se começa a desenhar de termos um mercado único também aberto ao conhecimento e à inovação.

Quanto à célebre União Bancária — eu diria mesmo «célebre» porque, 10 anos depois, vim aqui encontrar a União Bancária por concluir, com o mesmo assunto que conheci há 10 anos, o famoso mecanismo de garantia de depósitos —, o que posso dizer, em nome do Governo português, é que tentaremos dar-lhe todo o empenho para, de uma vez por todas, no âmbito de uma Europa a 27, concluirmos a União Bancária, que é também um instrumento relevante para a estabilidade financeira e para o fomento do financiamento da economia à escala europeia.

*Aplausos do PSD.*

Sr.<sup>a</sup> Deputada, uma última nota: falou de várias áreas de setores de atividade económica. Há um, o setor da agricultura, que é para nós muito importante, tanto do ponto de vista europeu como do ponto de vista nacional. É importante que a Europa tenha mais autonomia alimentar, como é importante que Portugal também tenha mais soberania alimentar, e para isso é preciso, em primeiro lugar, ter este setor como um setor estratégico.

É também necessário que, do ponto de vista do desenho das políticas públicas, tenhamos uma conduta que não ponha em confronto insanável a necessidade que temos de conjugar as alterações climáticas e a proteção ambiental com a capacidade produtiva. Mais a mais porque, se diminuirmos a capacidade produtiva da Europa ou de Portugal, vamos fazer com que nas prateleiras dos mercados e dos supermercados estejam produtos provenientes de outras geografias, de outros blocos comerciais, onde essas exigências não estão em cima da mesa. Portanto, de uma assentada, não protegemos a nossa economia nem protegemos os nossos consumidores.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

É com este ponto que a Europa hoje está confrontada e, felizmente, está no caminho correto. Mais recentemente, alinhou por esse caminho e nós estamos desse lado. É isso que faremos no âmbito das políticas nacionais na agricultura, mas sobretudo no desenho das políticas europeias, que muito influenciam as nossas também.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Rebelo, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que também tem 8 minutos disponíveis para intervir.

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Na minha primeira intervenção em Plenário nesta nova Legislatura, não posso deixar de começar por saudar o Sr. Presidente da Assembleia da República, desejando-lhe as maiores felicidades no exercício das suas funções, com a garantia de que, da minha parte e seguramente da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, contará com toda a cooperação, com todo o

empenho e ajuda para gerir os trabalhos desta Assembleia da melhor forma, honrando e dignificando este órgão de soberania.

Igualmente, não posso deixar de me dirigir ao Sr. Primeiro-Ministro, desejando também que possa ser bem-sucedido no exercício das suas funções. O Secretário-Geral do Partido Socialista já teve hoje a oportunidade de afirmar, de forma muito clara, com enorme responsabilidade democrática e, sobretudo, de forma muito assertiva com o que poderá contar da nossa parte. Haja a mesma clareza e assertividade da parte do Governo e das bancadas parlamentares que o apoiam e estaremos, sem dúvida, a honrar o nosso regime democrático e os seus 50 anos de existência, que comemoramos este ano.

Sr. Primeiro-Ministro, na próxima semana, participará no seu primeiro Conselho Europeu. Este Conselho Europeu centra-se, fundamentalmente, nas questões da competitividade e naquilo que se tem designado por um novo acordo europeu para a competitividade.

De facto, esta é uma questão demasiado importante para a União Europeia, face a uma nova realidade geopolítica que acarreta desafios de uma enorme e crescente complexidade, que provocam mudanças profundas e aceleradas à escala global, nomeadamente com a ascensão de novos centros de poder económico e tecnológico.

Isto faz com que a União Europeia se empenhe em agir de forma decisiva para assegurar a sua competitividade, prosperidade e liderança a longo prazo na cena internacional.

É fundamental reconhecer estas mudanças profundas e aceleradas que estão a ocorrer no mundo e tudo fazer para que possamos manter uma posição relevante, sobretudo no que diz respeito aos valores fundacionais desta nossa União: a defesa da paz, da prosperidade dos povos, o respeito e a defesa intransigente dos direitos humanos e dos valores democráticos.

O mercado único, ao longo dos últimos 30 anos, revelou-se muito importante para a solidificação da nossa União. O PS defendeu, e defende, a importância deste mecanismo de desenvolvimento económico e social, reconhecendo, naturalmente, que nem tudo são vantagens e, por isto mesmo, reconhecendo a importância de permanentemente pensar e repensar as suas premissas base, de forma que possa servir os interesses dos povos europeus como um todo.

Temos hoje sobre a mesa um relatório de alto nível sobre o futuro do mercado único, que propõe o investimento em inovação, educação e infraestruturas, garantindo que empresas europeias, em especial as PME (pequenas e médias empresas), possam competir à escala global. Defende, ainda, a necessidade de promover um ambiente regulatório que estimule o empreendedorismo e a criação de empregos de alta qualidade, para lá da boa cooperação entre os países europeus, aproveitando as sinergias e partilhando as melhores práticas.

No relatório que o ex-Primeiro-Ministro italiano Enrico Letta apresenta, propõe-se a redução dos obstáculos que impedem as empresas de se expandirem na Europa, sendo que os setores em que considera agir são, fundamentalmente, a energia, as finanças, as telecomunicações, os auxílios estatais, a união dos mercados de capitais e a redução da burocracia. Além disso, pretende que se acrescente às atuais quatro liberdades do mercado interno — de circulação de bens, serviços, pessoas e capitais — uma quinta: a do conhecimento e da inovação, ou seja, canalizar recursos para os motores do crescimento futuro.

Sr. Primeiro-Ministro, como não raras vezes acontece, não é nas letras gordas, mais proclamatórias e generalistas, que as discordâncias se evidenciam. Como diz a sabedoria popular, «o diabo está nos detalhes».

Nas últimas décadas passámos por crises graves que abalaram as instituições e, sobretudo, trouxeram enormes dificuldades à vida dos cidadãos europeus. Quando vivemos a crise das dívidas soberanas no final da primeira década deste século, a resposta que a União Europeia deu foi dramática. Todos nos lembramos bem das políticas de austeridade financeira que nos foram impostas e que, no caso particular do nosso País — tão acriticamente, para não dizer entusiasmadamente —, foram seguidas pelo Governo da PàF (Portugal à Frente), que V. Ex.<sup>a</sup> apoiava e que aqui, neste Parlamento, defendeu.

*Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.*

Mais recentemente, a crise sanitária da covid, com todo o impacto económico e social que teve, mereceu da parte da União Europeia uma resposta bem distinta, uma resposta solidária e que evidenciou bem que quando pensamos no todo europeu, e não nos interesses de poucos, ultrapassamos melhor as dificuldades.



Nessa altura, Portugal contava com um Primeiro-Ministro que tinha esta visão e que tinha uma voz respeitada no Conselho Europeu.

Relativamente a estar à altura desse legado, reconhecemos, Sr. Primeiro-Ministro, que a sua tarefa não é fácil, mas perguntamos o seguinte: é, pelo menos, imbuído nesse espírito — o tal espírito da solidariedade — que parte para a missão de representar o nosso País no Conselho Europeu?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não!

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — Se atendermos às primeiras intervenções do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, neste contexto europeu, confessamos alguma apreensão.

Neste contexto, o que pretende o Governo propor no próximo Conselho, tendo em conta a necessidade de afirmação da União Europeia num mundo cada vez mais competitivo, incerto e inseguro? A resposta do Partido Socialista é clara: aumentar a nossa competitividade não pode pôr em causa o respeito pelos compromissos ambientais e pelos valores fundamentais em que se funda a União Europeia, cumprindo, em particular, a agenda europeia dos direitos sociais, onde a Agenda do Trabalho Digno é absolutamente fundamental. E da parte do Governo, com o que podemos contar?

Por outro lado, não podemos esquecer as guerras existentes: uma na Europa, a que grassa na Ucrânia, e outra às suas portas, a guerra na Palestina.

Relativamente à Ucrânia, os recentes e terríveis desenvolvimentos — em particular o bombardeamento de uma fábrica de eletricidade perto de Kiev e o facto de o Parlamento Europeu ter adiado a aprovação do Orçamento do Conselho Europeu, exigindo que o Conselho Europeu apoie o fornecimento de sistemas de defesa aérea à Ucrânia — têm levado vários países da União Europeia a insistir na necessidade de se abordar neste Conselho a situação na Ucrânia.

Também tivemos a oportunidade de ouvir, na intervenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada Regina Bastos, uma posição relativa à necessidade de pensar uma nova arquitetura institucional e financeira, tendo em vista o alargamento que se discute na União Europeia. Não percebi bem, das palavras da Sr.<sup>a</sup> Deputada, se isso manifestava, no fundo, uma evolução da posição que o PSD aqui tem trazido nos últimos anos. Pedia-lhe, portanto, Sr. Primeiro-Ministro, que também pudesse ser mais claro, esclarecendo esta Assembleia, de facto, do que entende sobre a prudência do alargamento — não como evitar esse mesmo alargamento, mas sim como preparar a União para a entrada de países muito populosos e que, naturalmente, podem pôr em causa o projeto europeu.

Sr. Primeiro-Ministro, muito obrigado.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, também por oito minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado João Paulo Rebelo, também queria cumprimentá-lo no início desta Legislatura e agradecer as questões que suscitou.

Queria dizer-lhe, desde logo, que temos mantido — as forças políticas que compõem este Governo e o Partido Socialista — uma «convergência grande», vamos chamar-lhe assim, não total, mas uma convergência grande em matéria de política externa e também em matéria de política europeia. E creio que há todas as condições, porque os princípios que aqui enunciou também estão muito identificados com os nossos propósitos para podermos dar sequência a essa convergência, que é do interesse nacional, que é do interesse dos cidadãos portugueses, que é do interesse do trabalho do Governo e, pelo menos, de parte da oposição.

Queria também dizer-lhe que o que aqui trouxe, em complemento do que já havia sido dito sobre o reforço da competitividade da União Europeia, sobre o reforço do mercado único, sobre as orientações que saem do relatório do ex-Primeiro-Ministro italiano Enrico Letta, são também partilhadas por nós. Em particular, aquelas que dizem respeito ao reforço da competitividade das pequenas e médias empresas. Por uma razão que é óbvia: não só Portugal, como, aliás, toda a União Europeia, tem no seu tecido económico, precisamente, uma prevalência enorme das pequenas e médias empresas. São elas a quase totalidade do nosso tecido económico, o que também diz bem da incapacidade que temos tido de criar grandes empresas. Aproveito para fazer este

parênteses: é desejável que na nossa economia, quer à escala europeia, quer à escala nacional, possamos ter cada vez mais as pequenas empresas a transformarem-se em médias empresas e as médias empresas a transformarem-se em grandes empresas.

Mas, para isso, é preciso terem instrumentos — como o Sr. Deputado bem enumerou — que lhes permitam participar numa competição comercial com requisitos e condições para poderem vencer a luta do mercado, para poderem ser mais competitivos, para conquistarem cotas de mercado. É preciso terem uma regulamentação que possa, por um lado, assegurar uma concorrência leal, mas também assegurar que os trabalhadores são incentivados a serem mais produtivos. Por isso, a estratégia que temos defendido — de premiar o mérito, a produtividade — é uma estratégia que é muito necessária à escala nacional e também à escala europeia.

Vencer os obstáculos que também aqui apresentou, que se têm colocado às pequenas e médias empresas, para terem estes ganhos de competitividade, é, de facto, um objetivo comum que este Conselho vai abordar e que esperamos que possa ser depois regulamentado através de instrumentos legislativos e de políticas comuns para toda a União Europeia.

Portanto, o que lhe posso garantir, sim, é que estamos empenhados em participar no processo de reforço da competitividade da economia europeia e, em especial, também na competitividade das pequenas e médias empresas.

A propósito da filosofia com que nós — e eu próprio — encaramos esta primeira participação na reunião do Conselho Europeu, queria dizer-lhe que queremos que a voz seja uma voz audível, participativa, empenhada e muitas vezes decisiva, a bem da Europa e também a bem do interesse nacional. Com certeza que farei o meu melhor e também estou muito otimista no desempenho que possa ter a esse nível.

Não quero, com isto que vou dizer a seguir, diminuir o esforço que os meus antecessores fizeram, porque reconheço, em todos eles, que também houve esse empenho, mas achei curioso que a crítica do Sr. Deputado João Paulo Rebelo ao atual Primeiro-Ministro de Portugal tenha acentuado o apoio político que ele dava naquela bancada, naquele lugar onde está agora a Sr.<sup>a</sup> Deputada Regina Bastos, ao Governo que designou aqui, o Governo da PàF, que concretizou e executou um determinado caderno de encargos. O Sr. Deputado quis responsabilizar o executor, mas é preciso responsabilizar o autor.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O autor desse caderno de encargos foi, efetivamente, um Primeiro-Ministro e um partido político, mas esse Primeiro-Ministro chamava-se José Sócrates e o partido político chama-se, ainda hoje, Partido Socialista.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Isso não quer dizer, Sr. Deputado, que eu não reconheça, como reconheço, que o meu antecessor, o Dr. António Costa, tenha participado, por alturas de 2020 e 2021, numa evolução que aqui registou e que, estou de acordo consigo, foi uma evolução positiva. Aquilo que aconteceu na altura da pandemia — o reforço dos instrumentos comuns, o reforço da unidade e da solidariedade dos Estados-Membros da União Europeia — foi assinalável.

Esse espírito, que a atual Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, implementou, incrementou e estimulou — e que, ainda hoje, está muito presente no seu programa, que espero que também tenha o reconhecimento dos cidadãos europeus nas próximas eleições europeias, sendo que confesso que, nesse caso, é mais numa vertente partidária, não estou a falar como Primeiro-Ministro —, deixe-me dizer-lhe que é importante o papel que ela também teve nesse domínio. Aquilo que talvez possamos lamentar é que foi precisa uma tragédia, que atacou todos por igual, para que esse espírito de comunhão e de solidariedade se tivesse evidenciado daquela maneira. Mas foi um bom exemplo, e é um bom exemplo que devemos aproveitar para outros domínios: para o domínio económico e para o domínio de algumas políticas e investimentos comuns.

Sr. Deputado João Paulo Rebelo, relativamente ao alargamento, à forma como pode vir a decorrer e às consequências que trará, o Governo português, até aqui, sustentou, e muito bem, a concretização desse alargamento. Sustentou, e muito bem, que sejam salvaguardados os interesses dos países que, como Portugal, são países que necessitam de políticas de coesão.

A salvaguarda desses interesses vai pressupor um realinhamento do quadro institucional e financeiro da União Europeia. E nós interviremos nessa discussão para garantir a salvaguarda do interesse português.

Eu não tenho a certeza se vai ser necessário fazer uma alteração de tratados. Tudo aquilo que possa ser feito dentro do quadro atual deve ser esgotado. Mas se desta reformulação institucional e financeira sair a necessidade de rever os tratados, naturalmente que nós também nos empenharemos nisso. Não há de ser um «bicho de sete cabeças», por assim dizer, que os 27 Estados da União Europeia, tendo essa necessidade, possam dar esse passo, desde que isso signifique a salvaguarda do interesse de todos e, em particular, no caso do Governo português, do interesse de Portugal.

O Sr. **Presidente**: — Para fazer as perguntas em nome do Grupo Parlamentar do Chega, vão intervir três oradores, repartindo o respetivo tempo.

Tem a palavra, em primeiro lugar, o Sr. Deputado Bruno Nunes.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, basicamente este debate é um debate regimental, ou seja, obrigatório, mas gostaria de saudar a presença do Sr. Primeiro-Ministro porque, nos últimos anos, o que tivemos foi um Secretário de Estado, que estava sob a tutela do Sr. Primeiro-Ministro, numa altura em que o Governo do Partido Socialista interpretava os assuntos europeus como o «Ministério da Propaganda, porque serviu, essencialmente, para alavancar a candidatura europeia de António Costa.

Mas chegamos a uma altura que é importante definirmos, antes do Conselho Europeu, quais são os posicionamentos que o Sr. Primeiro-Ministro e o PSD têm, relativamente a uma série de matérias.

Em relação à candidatura de António Costa, o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros disse mesmo que o Governo nunca se oporia e considerava, inclusive, que António Costa tinha um bom perfil europeu. Gostaria de saber se mantém essa postura de favorecimento a António Costa, considerando a sua candidatura importante.

Nestas questões de favorecimento ou apoio a candidaturas, assistimos recentemente a um vídeo enviado pelo agora Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, para o Congresso do Partido Popular Europeu, a dar apoio a Úrsula von der Leyen. Gostava de relembrar-lhe a questão da compra conjunta que onerou Portugal em 100 milhões de euros nas vacinas. Aliás, o último Conselho de Ministros realizado pelo Partido Socialista, há poucas semanas, imitiu uma resolução que vai onerar Portugal em mais de 210 milhões de euros em compra de vacinas,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — ... em negócios que estão sob investigação da Procuradoria Europeia, visando Ursula von der Leyen.

Gostava de saber se vai, ou não, revogar esta decisão do Conselho de Ministros, porque, só aqui, temos um valor suficiente para resolver o problema do subsídio às polícias.

*Aplausos do CH.*

Queria terminar fazendo-lhe uma pergunta clara.

O senhor, nas próximas semanas, estará presente em Espanha. O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, numa intervenção que fez, quando visitou a Espanha, de apoio a Feijóo e ao PP (Partido Popular), disse, claramente, que o acordo do Governo de Sánchez viola o Estado de direito.

Quero saber se mantém esse posicionamento, se mantém a posição de que acha que Espanha e o PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol) violam o Estado de direito. Qual o seu posicionamento em relação a isso?

Porque, ontem, espantou-me muito quando citou José Saramago e disse o que disse acerca disso, citando uma pessoa que tinha dito, pouco tempo antes da sua morte, que Portugal deveria ser uma província de Espanha.

*Risos do Deputado do L Rui Tavares.*

Não é, nem nunca, mas nunca será!

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O VOX é que queria fazer de Portugal uma província de Espanha!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco Gomes, que dispõe de 3 minutos e 53 segundos.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Sr. Presidente da Mesa, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, um dos conceitos que tem ganho maior ênfase na política externa europeia, depois da guerra da Ucrânia, é o conceito de autonomia estratégica aberta, no qual encontramos integrado o acordo económico entre a União Europeia e os Estados do Mercosul.

Há um tema que merece especial relevância no âmbito desse acordo, que é o facto de o mesmo ter como principal porta de entrada a plataforma continental portuguesa, que, além de ser a mais rica do mundo, é, também, a maior do mundo, muito por conta da localização geográfica estratégica privilegiada da Região Autónoma da Madeira.

Permita-me, num aparte, que registre, com um sentimento quase de vergonha alheia, que este Governo tornou muito clara a sua posição relativamente às autonomias atlânticas. A prova cabal disso mesmo é o seu Programa do Governo, em 185 páginas, ter três referências à autonomia política e menos de uma página dedicada às autonomias atlânticas. Se há Deputados nesta Casa que abanam a cabeça, que dizem que isso está bom, que isso é perfeito, permita que lhe diga, Sr. Primeiro-Ministro, isso está mal, isso é pouco e isso é um desrespeito para com o povo da Madeira e dos Açores.

*Aplausos do CH.*

Voltando ao conceito da autonomia estratégica e à plataforma continental portuguesa, não lhe vou perguntar, Sr. Primeiro-Ministro, o que é que o Sr. Ministro fez pela Plataforma Continental quando era eurodeputado, porque sabemos que não fez nada.

O que nós gostaríamos de saber é se o seu Governo vai afinar pelo mesmo diapasão, insistir no erro, atirar para o lado, como se Portugal fosse apenas continental e não tivesse regiões atlânticas.

Sr. Primeiro-Ministro, concluo lembrando-lhe o que deveria ser evidente: a Europa não acaba na parcela continental da República; Portugal não acaba na parcela continental da República.

Esta bancada não vai aceitar, nem agora nem nunca, que tenham este desrespeito para com os povos atlânticos, porque esta bancada ganhou, a partir de hoje, mais uma voz na República.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Pinto Pereira, que dispõe de 1 minuto e 32 segundos.

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Sr. Presidente da Assembleia da República, cumprimento-o e felicito-o pela diferença que, neste dia, já fez em relação à má memória de Santos Silva neste Parlamento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

*Protestos de Deputados do PS.*

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, há 10 anos começou a instabilidade no leste da Ucrânia. Há oito anos a Crimeia foi anexada. Há dois anos a Rússia lançou a maior invasão militar contra aquele país europeu, um teste a possíveis invasões à Polónia, ao Báltico,

à Finlândia ou à Suécia. Em dois anos fugiram mais de sete milhões de pessoas da Ucrânia. Temos oito milhões de deslocados.

A Ucrânia é membro das Nações Unidas e do Conselho da Europa e participa na OSCE, é um Estado europeu e está dentro dos valores em que se funda a União, à qual pediu para aderir cinco dias depois da invasão. O Conselho Europeu condenou esta guerra, que viola a Carta das Nações. A Comissão Europeia deu o parecer positivo. Os Estados-Membros disseram «sim» na reunião informal de Versalhes.

A primeira pergunta: quais são os objetivos e metas temporais de Portugal no Conselho Europeu sobre esta adesão e, se se considera necessário — o Sr. Primeiro-Ministro há pouco fez-lhe referência — a revisão dos tratados para outros alargamentos que incluam, eventualmente, a Turquia.

Em segundo lugar, a União está empenhada em responsabilizar os mandantes, autores e cúmplices destes crimes de guerra. Os ataques indiscriminados e mortíferos da Rússia contra alvos e infraestruturas civis são crimes internacionais. O direito internacional humanitário não tem sido respeitado. O Conselho Europeu apoia os esforços da Ucrânia e da comunidade internacional na criação de um mecanismo adequado à prossecução penal do crime de agressão, apoia as investigações do Procurador do Tribunal Penal Internacional e a criação, em Haia, de um centro internacional para a prossecução penal do crime de agressão contra a Ucrânia.

Segunda pergunta: qual a posição de Portugal no apuramento da responsabilidade internacional para os hediondos crimes de guerra praticados pela Rússia de Putin?

Em terceiro lugar, o mundo está em agitada mudança. A evolução dos alinhamentos estratégicos apresenta uma rapidez sem igual e com consequências potencialmente desastrosas à escala global. A União continua a ser um gigante económico com pés políticos de barro, porque não é um *player* na dimensão militar e defesa do espaço geográfico europeu. A proteção da Europa tem justificado iniciativas como as da França, da Alemanha ou do Reino Unido. A Rússia e a China enfrentam os Estados Unidos...

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Estou a terminar, Sr. Presidente.

Hoje, o Irão enfrenta o Estado de Israel, sem que a União tenha uma palavra a dizer. A política comum de segurança e defesa está inscrita nos tratados desde 1992, sem embargo da importância crucial da NATO (North Atlantic Treaty Organization), sem abdicarmos da soberania nacional ou do prestígio e dignidade das nossas instituições militares.

A última questão: que posição tem Portugal sobre o armamento da Europa para a proteção da sua integridade territorial em matéria de ação externa?

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Primeiro-Ministro. Dispõe de 6 minutos e 30 segundos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, deixo um agradecimento conjunto aos três Deputados do Chega que entrevistaram.

Sintetizando as respostas às questões que colocaram, quanto à primeira questão, relativamente ao desenho e à constituição dos órgãos da União Europeia, após as eleições europeias, é, de facto, manifestamente prematuro que nós, enquanto Governo, possamos pronunciar-nos quanto a isso, sejam quem forem as pessoas envolvidas.

Aliás, a referência que fiz — tive a ocasião de o anotar — à atual Presidente da Comissão Europeia e candidata a esse lugar do PPE (Partido Popular Europeu) foi estritamente partidária — assumi que foi uma exceção completa que abri. Posso apenas reiterar, não enquanto Primeiro-Ministro, mas enquanto Presidente do PSD, que Ursula von der Leyen é e foi sempre a nossa candidata também a essa função. Mas, enquanto Primeiro-Ministro, não vou antecipar nem vou colocar nenhuma, nenhuma mesmo, consideração sobre a composição dos órgãos da União Europeia, que se vai apenas negociar e desenhar depois das eleições europeias de 9 de junho.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Quanto à questão suscitada relativamente à Constituição do Governo de Espanha, devo dizer, de uma forma muito clara, que na relação do Estado português com o Estado espanhol e na relação dos dois Governos, não faremos nenhuma ingerência na forma como cada um gere a sua circunstância política.

Significa isso que não temos opinião? Temos opinião. Significa isso que não há membros do Governo que expressaram essa opinião de uma forma mais ou menos veemente? Não, não significa.

Cada um de nós tem direito à opinião, cada um de nós não vai deixar de ter esse direito e não vai deixar de o exercer. Mas é preciso distinguir aquilo que é essa opinião do exercício da função do Governo, em nome de todas e de todos os portugueses. E não nos esqueçamos que Espanha é, para além de toda a história que partilha connosco, o nosso principal parceiro comercial. É o Estado com o qual os cidadãos, as instituições e as empresas mais interagem no seu dia a dia. E a minha obrigação, enquanto Primeiro-Ministro, e a obrigação de todos os membros do Governo, é a de proteger, salvaguardar o interesse do País, que o mesmo é dizer, também, o interesse dos cidadãos, das instituições e das empresas.

Relativamente às questões formuladas pelo Sr. Deputado Francisco Gomes, anotei a sua preocupação, mas, em bom rigor, questões, não ouvi. Mesmo relativamente à plataforma continental e à autonomia estratégica, referiu-se a vários desrespeitos, mas não mencionou nenhum. O alvo da sua intervenção, e é legítimo, foi a relação do Governo com as regiões autónomas.

Bem sei que o debate do Programa do Governo foi ontem, e hoje de manhã. Nós já estamos noutra debate, mas foi tentar fazer um «chega atrás»...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ora!

*Protestos do CH.*

O «chega», aqui, é mesmo bem aplicado,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O «atrás» também!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... para podermos reforçar aquele que é o nosso entendimento.

*Aplausos do PSD.*

Sr. Deputado, tenha a certeza de que nós podemos vir a ter muitas divergências naquilo que é a concretização do espírito autonómico de cada um de nós. E que o Sr. Deputado poderá reivindicar para as Regiões Autónomas, em particular, para a Região Autónoma da Madeira, esta ou aquela decisão do Governo, e porventura possamos decidir em sentido diferente, mesmo, até, numa ou outra ocasião em sentido contrário.

Mas não ponha em causa, porque não é verdade, o princípio de respeito não só pela autonomia, como pelo reforço da autonomia. Nós tentaremos ser um Governo que trabalha diariamente ao lado dos órgãos da região, do Governo, dos parlamentos regionais, para poder servir o interesse dos madeirenses, e também dos açorianos e, com isso, o interesse do País. Nós somos daqueles que estão empenhados no aprofundamento das autonomias...

*Aplausos do PSD.*

... e, por falar em plataforma continental e em autonomia estratégica, fomos daqueles que, mesmo antes de ser Governo, estivemos ao lado das regiões autónomas, por exemplo, numa matéria crucial que é a cogestão do espaço marítimo.

*Aplausos do PSD.*

Somos daqueles cujo entendimento é o de que não era preciso, e não é preciso, uma alteração à Constituição da República para garantir os mecanismos de cogestão do espaço do mar entre a Administração Central, o Governo da República e o Governo da Região Autónoma.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas fomos mais longe: os partidos que compõem o apoio parlamentar a este Governo, nomeadamente aquele que tinha representação parlamentar na última legislatura, apresentou um projeto de revisão constitucional onde, entre outras propostas, estava essa.

Portanto, Sr. Deputado, estaremos ao seu lado naquilo que é a luta pelo desenvolvimento das autonomias regionais, de dotar os órgãos próprios das regiões autónomas de instrumentos para concretizarem aquilo que a lei e a Constituição e o Estatuto Político-Administrativo das Regiões Autónomas definem.

Estaremos, porventura, em concreto, numa outra ocasião, em divergência, mas quero que fique muito claro que a evolução no Programa do Governo das referências às regiões autónomas entre o anterior Governo e este é uma grande evolução. Ontem fui questionado sobre isso e, portanto, a esse propósito estamos disponíveis para a comparação. Mas também lhe devo dizer que não é necessário que haja muita coisa descrita no Programa do Governo relativamente às regiões autónomas. Se houvesse muita coisa descrita no Programa do Governo, isso significaria mais intromissão na vida das regiões autónomas do que respeito pela autonomia.

*Aplausos do PSD.*

Portanto, há o essencial para garantirmos que isso vai acontecer.

Sr. Deputado António Pinto Pereira, quero só dizer-lhe — numa nota rápida, que o tempo está a esgotar-se — que estamos empenhados, sim, em continuar a manifestar solidariedade à Ucrânia e em garantir, no seio da União Europeia, que o preenchimento dos requisitos no processo de adesão possa ser salvaguardado e que o alargamento não implique um prejuízo ao interesse português. Tudo faremos para salvaguardar esse interesse.

Aproveito a ocasião para, já agora, solicitar os seus bons ofícios, dentro da estrutura partidária que aqui representa, do Chega, para também, em sede da família europeia com a qual estão a interagir, na qual se integram, poderem convencer parceiros como a Sr.<sup>a</sup> Le Pen, como o Sr. Salvini e como a AfD (Alternative für Deutschland) alemã...

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

... a terem um grau de empenho com o interesse da Ucrânia e com a salvaguarda dos princípios da democracia, da solidariedade e da paz que nós todos aqui temos, nesta Casa.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Há mais refugiados ucranianos nesses países!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A mim não me compram! Podem comprar muitas coisas, mas a alma não compram!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma pergunta, o Sr. Deputado Bernardo Blanco, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, deixe-me começar por uma nota rápida. Concordo com o Sr. Deputado Bruno Nunes, que disse que é positivo, neste debate sobre assuntos europeus, ao contrário do que acontecia muitas vezes, termos aqui o Primeiro-Ministro de Portugal. Mas também queria dizer ao Sr. Deputado Bruno Nunes e à bancada do Chega que, falando de Portugal, o único sítio onde Portugal aparece como uma província de Espanha é nos mapas que o partido irmão do Chega, o Vox, publica, em que partilha mapas de Espanha em que Portugal é uma província.

*Risos e aplausos da IL, do PSD e do Deputado do L Rui Tavares.*

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Bem lembrado!

*Protestos do CH.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Falta de vergonha!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — E depois temos o Deputado André Ventura a bater palmas, nos comícios do Vox, a dizer «viva a Espanha, viva a Espanha»! Isso, sim, é uma vergonha para Portugal.

*Aplausos da IL e do PSD.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vergonha! Falta de vergonha!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Primeiro-Ministro, gostava ainda de lhe perguntar, já que se falou tanto do seu antecessor — e falou até a bancada do Partido Socialista —, se já recebeu uma resposta, com medidas concretas, àquela famosa carta da habitação. Até relembro o que dizia a carta, enviada pelo anterior Governo: «A falta de oferta imobiliária é um problema em muitas cidades. A Comissão Europeia deve estar atenta ao problema da escassez.»

É curioso que este diagnóstico, da falta de oferta, é exatamente o contrário do que o Deputado Pedro Nuno Santos acabou de dizer, com o diagnóstico feito à base da procura.

Eu gostava de saber efetivamente se o Governo já teve resposta a essa carta ou não.

Depois, queria também perguntar, relativamente à parte da competitividade — de que falou, e bem —, se vamos mudar de estratégia, porque, efetivamente, acho que a Europa já começa a perceber que ser a campeã da regulação e da burocracia serve de pouco e que, depois, em relação aos Estados Unidos e em relação até à China, ficamos para trás, a nível da inovação e a nível da competitividade, com uma agravante: é que o Estado chinês subsidia as suas empresas, em muitos casos, e, por isso, as empresas europeias não competem sob as mesmas regras.

Já agora, queria perguntar-lhe, sobre a China, se vamos ter uma atitude diferente. Antes, tínhamos um Primeiro-Ministro que, na Europa, era o melhor amigo do Estado chinês, e isso vê-se numa coisa muito específica: é que Portugal é o único País que ainda tem o acordo de extradição com a China e com Hong Kong, quando todos os outros países da União Europeia já não o têm e quando, constantemente, temos recomendações europeias para que seja suspenso.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Já só falta Portugal, há muitos anos, e, por isso, quero perguntar-lhe se este Governo está disponível para proceder a essa suspensão do acordo de extradição.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Bem lembrado!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Depois, queria também perguntar — sei que já respondeu, mas eu não fiquei com grandes certezas — o seguinte: o Programa do Governo diz efetivamente que o processo de adesão à União Europeia deve ser precedido de uma reforma da arquitetura institucional e financeira. Eu não compreendi, mas pergunto se o Governo pode ser humilde e dizer «ainda estamos a pensar no que é que vamos defender», o que é perfeitamente legítimo.

Queria saber qual é a resposta concreta relativamente à reforma da arquitetura institucional e também financeira da União Europeia. Queria perguntar o que é que o Governo ia defender, mas pode ainda não haver



uma posição definida, que foi o que me pareceu pela última resposta à última intervenção, mas gostava de perceber isso.

Depois, queria deixar-lhe uma nota, ainda, de algo que está a ser feito em Portugal, relativamente ao mercado único, e que é uma clara violação das regras europeias. Portugal já foi inclusivamente condenado a deixar este alerta sobre uma discriminação fiscal que há no ISV (imposto sobre veículos) dos carros usados e importados da União Europeia,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CSD-PP): — Bem lembrado!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — ... que afetou dezenas de milhares de portugueses e que o Partido Socialista, todos os anos, mantém, por um motivo simples: é que consegue mais receita do que depois o que tem de pagar de coimas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CSD-PP): — Exatamente!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — É só por isto, mas, todos os anos, lá vem a União Europeia e lá vêm os tribunais dizer: «Isto é ilegal, não pode ser feito».

O PSD, no ano passado, votou a favor da proposta da Iniciativa Liberal para essa correção. Eu gostaria de saber se o Governo está disponível para proceder a essa correção.

Aqui há dois anos, perguntei ao Sr. Primeiro-Ministro como é que estava a reorganização da função pública,...

*Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

... que era uma exigência do PRR. O Sr. Primeiro-Ministro não fazia ideia do que é que eu estava a perguntar. Hoje, estamos em 2024, o prazo dessa reforma acabou e o que eu gostava de saber é se efetivamente está alguma coisa pronta ou se simplesmente o PS «passou a batata quente» a este novo Governo.

*Aplausos da IL.*

*Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Bernardo Blanco, quero também cumprimentá-lo...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Faz parte do Governo, também!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E tu também não fazes? Já fizeste o acordo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e dizer-lhe que estou de acordo com as considerações que fez, relativamente à situação política e às intervenções de vários protagonistas, no âmbito da Península Ibérica e da Europa.

Relativamente à carta que mencionou, da habitação, aquilo que posso dizer é que nunca vi nenhuma resposta e não estava na pasta de transição. Portanto, presumo que não haja resposta, mas, em todo o caso, vou tentar apurar, enfim, fazer as diligências necessárias para confirmar aquilo que lhe estou a dizer. Eu, conhecimento, não tenho.

Aproveito também para reforçar aquilo que o Sr. Deputado aqui disse: de facto, aquilo que era aí mencionado e as políticas que emanam da União Europeia, em matéria de fomento das construções, de entrada no mercado de mais oferta e de garantia de apoio na procura, aquilo que acontecia e acontece nas políticas da União Europeia e aquilo que foi realizado, em termos de alterações relativas, em Portugal é, efetivamente, muito diferente.

Depois, quero dizer-lhe que tem toda a razão ao anotar, mais uma vez, que nós, na Europa, temos de ter políticas que, de facto, sejam capazes de dar acréscimos de competitividade às empresas e temos de ter uma postura de eliminação de tudo aquilo que lhes retire essa competitividade.

De facto, a burocracia, o excesso de regulamentos, é um fator que, muitas vezes, bloqueia o investimento e bloqueia também a capacidade de as empresas poderem chegar ao mercado em condições de disputar a preferência dos consumidores de uma forma leal e justa.

Devo até dizer, aproveitando a primeira ocasião que temos de abordar temas que têm a ver com o funcionamento da União Europeia e também com a forma como, em Portugal, nós lidamos com isso — fazendo eventualmente até um *mea culpa* do ponto de vista partidário, se quiser, para eliminar já esse ponto de discussão —, que tenho sentido, desde que assumi a função, primeiro, de Presidente do PSD e, agora, de Primeiro-Ministro — essa é mais recente —, que Portugal tem, de uma vez por todas, de quebrar uma filosofia que prejudica os nossos interesses, os interesses dos cidadãos e os interesses das empresas.

A legislação, os regulamentos e as diretivas europeias são muito complexos; são, muitas vezes, demasiado complexos. Até podemos perceber, de alguma maneira, que isso aconteça, porque convergir com o interesse de 27 Estados-Membros não é fácil e, muitas vezes, a querer negociar e aprimorar os instrumentos, dá-se razão aqui, dá-se razão ali, e depois o edifício final acaba por ter ou incongruências ou excessos de burocracia, de regulamentação, que não são necessários.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CSD-PP): — Exatamente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — No entanto, pior do que isso é quando os Estados-Membros, eles próprios, em cima dessa complexidade, acrescentam mais complexidade e mais burocracia, e esse é um desafio deste Governo, que eu assumo.

*Aplausos do PSD e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.*

É um desafio que o País tem de vencer.

Não devemos ser, em Portugal, «mais papistas que o Papa». Àquilo que já é muito complexo, àquilo que já é muito burocrático, ainda vamos acrescentar mais, para dificultar, muitas vezes, que os instrumentos possam estar ao serviço verdadeiro do interesse dos cidadãos, do interesse das empresas?!

Tentaremos, no Governo, percorrer esse caminho, daí a criação de um Ministério que tem, para além da juventude, também a parte da modernização, desta evolução digital, para tirar carga burocrática de uma forma transversal a todos os departamentos do Estado.

Quero dizer-lhe, finalmente, o seguinte, porque estou de acordo consigo: de facto, devemos eliminar, no âmbito da União Europeia, todas as grandes disparidades fiscais. Não teremos uma Europa a caminhar à mesma velocidade, se, para além de todos os instrumentos políticos financeiros, não tivermos políticas económicas e fiscais uniformizadas. Só seremos justos dentro do próprio mercado interno, se tivermos regras de concorrência, de competição, que sejam justas.

O Sr. Deputado mencionou a questão da importação de veículos. Essa é apenas uma expressão. Estaremos ao seu lado, tentaremos dar a resposta que não se obteve no passado, nesta e noutras alterações que estejam ao nosso alcance, naturalmente com o espírito de responsabilidade financeira, gerindo bem os recursos públicos e não colocando em causa esse equilíbrio.

Deixo uma última nota, só. Depois, um dia destes ou hoje, se ainda tiver tempo, voltarei a esse tema, mas, efetivamente, a reforma do Estado, que era condição para o quinto desembolso do PRR, não está feita. Apesar de ter sido preparada pelo anterior Governo, não foi deliberada. Ontem, já assumimos aqui o compromisso de a fazer nos próximos 90 dias. Mas devo dizer-lhe que, sendo uma reforma muito limitada, não pode ser entendida como a reforma do Estado. É uma reforma dos serviços públicos, é centralizar, numa secretaria geral, as secretarias gerais que estão hoje distribuídas pelos ministérios. Mas assim se fizesse a reforma do Estado, de que Portugal precisa. Não é assim, esse é apenas um elemento. Nós vamos tentar cumpri-lo, para podermos aceder ao quinto desembolso.

*Aplausos do PSD e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.*

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra, agora, à Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Pires, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, para fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Pires** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, este é um tema que creio ser importante debatermos, do ponto de vista das relações externas e no âmbito da União Europeia: o Parlamento Europeu acabou de aprovar o Pacto Europeu de Migração e Asilo e nós não podemos deixar de considerar que este é um pacto cruel e de uma absoluta hipocrisia por parte dos Estados da União Europeia.

A Europa, com este pacto, entrega, na prática, a gestão das suas fronteiras a Estados autoritários, que não respeitam direitos humanos nem o direito internacional, como, aliás, já tinha feito com os acordos com a Turquia ou com a Líbia. Simultaneamente, permite as deportações chamadas «devoluções a quente», que são altamente violentas; alarga a possibilidade de rejeição automática de pedidos de asilo, abrindo, na verdade, a porta a modelos como aquele que foi implementado entre o Reino Unido e o Ruanda; requerentes de asilo deixam de ter acesso à assistência jurídica gratuita e alarga-se o tempo de detenção. Até as crianças podem ser detidas, há recolha de dados biométricos a partir dos 6 anos de idade e nega-se o reagrupamento familiar.

Portanto, estamos perante uma política migratória da União Europeia que significa punição e violência, e que estigmatiza as pessoas refugiadas e as pessoas migrantes como criminosas.

Se, com a Frontex (Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira), a União Europeia já tinha esquecido o dever de auxílio, agora parece-nos que tudo piora, e isto preocupa-nos muito. Aliás, a UNICEF (United Nations International Children's Emergency Fund) alertou sobre este pacto, que coloca — e cito — «as crianças em risco de violência e danos». Os Médicos Sem Fronteiras denunciaram a brutalidade sistemática contra refugiados e migrantes, nas fronteiras europeias.

Portanto, a primeira pergunta, Sr. Primeiro-Ministro, é óbvia: é se Portugal vai contribuir para esta desumanidade,...

*Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.*

... porque parece-nos mesmo que estamos perante uma desumanidade tremenda, ou se acha que quem foge da guerra, quem foge da crise, quem procura uma vida melhor merece ser tratado como um criminoso. É isto que nos parece estar em cima da mesa.

Mas, por falar em desumanidades, Sr. Primeiro-Ministro, queríamos trazer também para o debate um tema incontornável, do ponto de vista mundial e necessariamente europeu, que tem a ver com as atrocidades cometidas pelo Estado de Israel.

**Vozes do CH:** — Oh!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Pires** (BE): — As populações civis palestinianas estão a ser massacradas, não apenas pelos bombardeamentos e pelos ataques, mas também pela ausência de cuidados médicos e pela fome que está a ser imposta por Israel e amplamente relatada por várias organizações internacionais.

Não há mais apelos que a ONU (Organização das Nações Unidas) ou Guterres possam fazer e o cessar-fogo foi finalmente aprovado nas Nações Unidas. É importante, obviamente, que Portugal esteja desse lado e defenda o cessar-fogo, mas Israel não cumpre. Estamos perante uma limpeza étnica, perante um genocídio. Está tudo à mostra, para todo o mundo ver.

Portanto, a pergunta é a de saber se vai ou não o Governo português finalmente seguir o que uma grande maioria de países já está a fazer, que é o reconhecimento do Estado da Palestina.

Nesse sentido, faço-lhe uma outra pergunta, porque terá oportunidade de estar na próxima semana junto de Pedro Sánchez, do Governo espanhol — será a sua primeira visita enquanto Primeiro-Ministro. O próprio Presidente Pedro Sánchez está a iniciar um périplo europeu — já o iniciou, nesta semana — junto de vários governos, para que este reconhecimento do Estado da Palestina possa ser uma realidade, porque ajudar é necessariamente a uma resolução pacífica, que é isso que creio que todos desejamos para este conflito. Portanto, pergunto-lhe se o Estado português se vai juntar a este esforço do Estado espanhol.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Não!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Pires** (BE): — Pergunto se o Governo português vai ou não tomar, na verdade, a única atitude humanitariamente possível neste cenário e encetar todos os esforços para que o cessar-fogo se cumpra e para que o massacre de milhares e milhares de mulheres, crianças, civis, tenha um fim na Palestina.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — As mulheres e crianças não são civis?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Pergunta à Rita Matias, ela explica-te!

*Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, dou a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Pires, trouxe dois temas e tentarei responder às questões que foram suscitadas.

Relativamente ao pacto sobre as migrações, quero dizer-lhe, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que perfeito ele não será, e não o é seguramente, mas é indiscutível que regulamentar as migrações no seio da União Europeia é o melhor caminho para garantir o respeito pelos direitos humanos das pessoas que se encontram naquele estado de vulnerabilidade.

*Protestos da Deputada do BE Isabel Pires.*

A Sr.<sup>a</sup> Deputada chegou a afirmar que este pacto trazia desumanidade. Creio que não há pior desumanidade do que a circunstância anterior a este acordo, que é haver uma desregulação completa e as pessoas estarem entregues quer às decisões unilaterais de muitos países,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Exatamente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... quer, muitas vezes, para não dizer mesmo a maioria das vezes, a redes de tráfico de seres humanos internacionais. Essas, sim, põem em causa os valores do humanismo e os valores dos direitos de cada pessoa.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Bem-vindo ao Chega!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Estamos, por isso, empenhados em que este acordo possa ser executado. Defendemos que ele é o caminho para podermos ter uma política mais solidária, com maior responsabilidade, que possa também trazer unificação em termos de funcionamento dos mecanismos de acolhimento de imigrantes.

Agora, é verdade que nem tudo está bem. A nós, e a mim particularmente, fica sempre um amargo de boca muito grande relativamente à regra que não permite o reagrupamento familiar, pelo respeito pelos direitos das crianças, pelo respeito pelos direitos dos seus progenitores, mas também porque me parece a mim um erro estratégico. Porquê? Porque entendemos, e eu entendo-o particularmente, que uma das melhores formas de integração e acolhimento de imigrantes é precisamente permitir que as famílias estejam unidas, estejam juntas.

*Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.*

Isso favorece a integração, o acolhimento e até, de algum modo, o interesse de Estados, como é o caso do Estado português e de outros na Europa, que têm hoje problemas de demografia muito evidentes, que precisam efetivamente, para o seu equilíbrio socioeconómico, de recursos humanos provenientes de países estrangeiros...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Não precisam nada! Não precisam nada!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e que têm interesse em que esse acolhimento e essa integração se faça de uma forma eficaz.

A meu ver, há duas portas de entrada que favorecem uma melhor integração dos imigrantes.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está a correr muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A primeira é podermos atrair jovens estudantes. — a escola, o ensino, é uma porta que favorece a capacidade de integração daqueles que nos procuram. A segunda é termos políticas de acolhimento que favoreçam a vida das famílias, considerando o núcleo familiar como um instrumento importante para garantir, precisamente, uma melhor integração.

Desse ponto de vista, é verdade: o acordo das migrações ficou aquém daquilo que era desejável.

*Protestos do CH.*

Mas repito, para que não fiquem dúvidas, que é muito melhor haver este acordo do que não haver acordo nenhum. É verdade que, em muitas circunstâncias, as garantias do respeito pelos direitos das pessoas estão mais salvaguardadas neste acordo do que estariam se ele não existisse.

Relativamente ao conflito no Médio Oriente e à questão que coloca sobre a Palestina, para ser muito claro, o Governo português defende, efetivamente, um cessar-fogo imediato, que permita, desde logo, a ajuda humanitária, o respeito por todo o direito internacional, para que, obviamente, daí possa decorrer uma negociação com vista a uma paz duradoura. É isso que pretendemos com a nossa posição e é isso que defenderemos no âmbito do Conselho Europeu.

*Protestos do CH.*

Sabe-se que o Governo português, com aqueles que aqui estiveram antes de nós, teve ocasião de condenar o ato terrorista...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... que foi determinante para que o conflito ganhasse os contornos que hoje tem.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É verdade, esse ato foi terrorista e é verdade que assiste a Israel, nós reconhecemos isso, o direito à legítima defesa.

**Vozes do CDS-PP**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Isso não significa que os direitos humanos devam ser colocados em crise a qualquer custo. Por isso, defendemos o cessar-fogo imediato, e os sucessivos governos de Portugal têm sustentado, no âmbito das organizações internacionais, em particular nas Nações Unidas, a adoção da solução dos dois Estados.

Queria acrescentar que o Governo português mantém esta posição e vê mesmo com bons olhos a pretensão da Palestina em adquirir o estatuto de membro pleno das Nações Unidas, estatuto que ultrapassa o de observador que tem neste momento. É uma forma de sinalizarmos que vale a pena promover o entendimento, vale a pena promover a negociação, vale a pena conjugar os interesses, no âmbito de todas as organizações internacionais, para podermos ter uma paz duradoura.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O que diz o Bloco?!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Pires** (BE): — Vai para a escola, pá!

O Sr. **Presidente**: — Também para fazer perguntas, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, apesar do agravamento das condições de vida nos países da União Europeia, da pobreza e da exclusão social, o Conselho Europeu continua a ignorar estes problemas sentidos por milhões de pessoas. O Governo não considera que o Conselho Europeu se devia debruçar sobre estas questões?

Ontem foi tornado público que as taxas de juro não vão baixar, mas vão continuar elevadas, mantendo-se assim as dificuldades para as famílias portuguesas e para as micro, pequenas e médias empresas nacionais. Esta situação é indissociável da perda de parcelas de soberania, designadamente económica e financeira, e da concentração de poder em instituições que tomam decisões sempre em benefício dos grandes interesses económicos e financeiros, neste caso, a banca, que continua a ganhar rios de dinheiro à conta dos sacrifícios das famílias e das empresas.

O Governo não pode ser complacente com esta situação. A sua obrigação é defender os interesses nacionais, e Portugal é um dos países que é mais prejudicado com as opções da política monetária do BCE (Banco Central Europeu).

Sobre o novo acordo de competitividade, estamos perante um caminho para aumentar, em vez de combater, as disparidades e desigualdades existentes entre países da União Europeia. É a tese dos designados campeões europeus que vinga, mais uma vez, num campeonato das grandes potências, aquelas que mais têm beneficiado do mercado europeu e das políticas comuns, em que países como Portugal entram sempre a perder.

É inaceitável a convivência da União Europeia com as atrocidades cometidas por Israel contra o povo palestino. Há ocasiões em que é lesta em proclamações e condenações de violações do direito internacional, dos direitos humanos, da democracia; noutras situações, só há silêncios e cumplicidades, o que revela o cinismo e a hipocrisia da União Europeia.

Seis meses de bombardeamentos, mais de 100 000 vítimas, maioritariamente mulheres e crianças, cerca de 2 milhões de deslocados, privação de bens essenciais: Portugal não pode pactuar com esta barbárie.

É urgente exigir o cessar-fogo imediato e permanente, fazer chegar ajuda humanitária à população em Gaza,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E na Ucrânia?!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — ... reconhecer e criar o Estado da Palestina, com as fronteiras anteriores a 1967 e capital em Jerusalém Oriental, conforme determinado pelas resoluções das Nações Unidas.

A questão que lhe queria colocar, Sr. Primeiro-Ministro, perante o que já disse hoje no Plenário, é a de saber se de facto o Governo e Portugal vão ou não reconhecer o Estado da Palestina.

Gostaria de colocar uma última questão, sobre a Turquia. Passam 50 anos da ocupação do Chipre pela Turquia e a União Europeia tem estado ausente da procura de resolução do problema cipriota. A atual situação exige o fim da ocupação, divisão e colonização de uma parte do território do Chipre por parte da Turquia, negociações sérias que permitam encontrar uma solução que passe pela restauração da unidade, integridade

territorial, soberania e independência da República de Chipre e a sua transformação numa federação bicomunal e bizonal, com igualdade, de acordo com as resoluções aprovadas pelas Nações Unidas.

É neste espírito e neste princípio que vai intervir?

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, a Sr.<sup>a</sup> Deputada fez muitas considerações sobre a União Europeia que não são propriamente novidade. Sabemos que o grau de confiança da Sr.<sup>a</sup> Deputada e da sua força política no projeto europeu é manifestamente baixo, é um grau de confiança de quase zero.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Não resolve os problemas...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Em algumas alturas, até ficamos com a sensação de que o Partido Comunista preferia que Portugal vivesse no isolamento...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É ver! Preferia!

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e não estivesse, de facto, empenhado no processo de construção europeia. Mas são posições políticas e eu, sobre isso, não emitirei grandes comentários. Respeito as suas opiniões genéricas sobre o funcionamento da União Europeia, sobre as virtudes ou os defeitos da União Europeia.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Nós trouxemos aqui problemas concretos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sobre as questões concretas que colocou, quero deixar-lhe nota do seguinte: relativamente às taxas de juro, temos a expectativa de que nos próximos meses, talvez já em junho, as taxas de juro possam tornar a baixar. É importante para as famílias portuguesas e é importante para o financiamento das empresas portuguesas. É importante que possamos ter um quadro de financiamento, quer do ponto de vista das pessoas e das famílias, quer do ponto de vista das empresas, que seja suportável, para nos garantir melhor qualidade de vida e mais competitividade económica.

Em todo o caso, temos de respeitar não só a independência do Banco Central Europeu, mas também as determinações que o objetivo de contermos qualquer movimento de subida da taxa de inflação possam incorporar. Ou seja, não estou com isto a defender que não há condições para baixar as taxas de juro.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Está de acordo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Creio que há condições para o fazer e a minha expectativa é a de que isso aconteça o mais rapidamente possível.

*Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.*

Mas também quero dizer, com a mesma frontalidade, que todos temos interesse em conter qualquer movimento capaz de tornar a subir a taxa de inflação, porque essa subida é muitas vezes ainda mais penalizadora para a vida das pessoas e das empresas do que a contenção, do que esta política mais defensiva do Banco Central Europeu. Repito, ainda assim, que a nossa expectativa é a de que essa descida possa ocorrer já no próximo mês de junho.

Relativamente à situação no Médio Oriente, já tive ocasião de responder, mas vou reiterar: manteremos a posição que Portugal já assumiu de defender um cessar-fogo imediato e de favorecer uma ajuda humanitária

eficaz. Também temos hoje disponibilidade para anunciar a possibilidade de estarmos envolvidos positivamente no processo que a Palestina tem de pretensão de adquirir o estatuto de membro de pleno direito das Nações Unidas.

Creio que o contributo que damos para poder colaborar num ambiente europeu e internacional que possa fomentar a paz vai no sentido correto, e é isso que farei, não só no encontro com o Presidente do Governo espanhol, que não tem propriamente a mesma posição que o Governo português, mas também na reunião do Conselho Europeu.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Rui Tavares, do Grupo Parlamentar do Livre, para fazer perguntas ao Primeiro-Ministro.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Ministros, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, Sr. Primeiro-Ministro, encontro-me na posição um pouco incómoda de lhe pedir que responda à pergunta que lhe foi dirigida pela Deputada do seu próprio partido, a Deputada Regina Bastos, quando, no fim da sua intervenção, lhe pedia para dizer se concordava com Ursula von der Leyen na leitura de que há inimigos da União Europeia que querem destruir o projeto europeu, que querem destruir a União Europeia.

**Vozes do CH**: — Esses que estão ao teu lado!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Estão aí!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Eu devo dizer que, independentemente das muitas discordâncias, estou em plena sintonia com essa opinião.

Há, desde logo, um projeto neoimperialista no continente europeu, liderado por Vladimir Putin, que, através de instituições financeiras próximas do regime russo, tem financiado partidos e políticos europeus, em particular da extrema-direita,...

**Vozes do CH**: — Ah!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... em particular do Grupo IID (Institutional Investor Dialogue), ali dos nossos vizinhos do Chega.

**Vozes do CH**: — Ah, claro...!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É bem conhecida a situação dos 9 milhões para Marine Le Pen.

*Protestos do CH.*

Não sei, Sr. Presidente, se pretendemos começar a descontar no tempo do grupo que faz a pateada... Eles que desperdicem o tempo da sua própria intervenção...

O Sr. **Presidente**: — Pode ter a certeza de que, enquanto eu for Presidente da Assembleia da República, todos os Srs. Deputados usarão da palavra com total espírito de livre expressão e assegurarei sempre as condições de igualdade do debate democrático.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, Sr. Deputado, pode continuar a sua intervenção, por favor.



O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, agradeço-lhe por isso.

Esta tática que é empregue por Vladimir Putin para interferir nos assuntos internos da União Europeia, já está a ser replicada por governos aliados de Putin na própria União Europeia.

Ontem, uma investigação do *Expresso*, do *Le Monde* e do site húngaro *Direkt36*...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Fortíssima essa fonte!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... comprovou, documentalmente, que uma instituição financeira muito próxima do Fidesz, do Governo húngaro, financiou diretamente, com 45 milhões de euros, a compra do canal Euronews.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Olha, o PS deve 15 milhões à Impresa!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Financiou a empresa de um empresário português, sem conhecer os seus sócios — o que é muito estranho —, mas conhecendo muito bem o assessor direto de Viktor Orbán, o seu companheiro de partido, Mário David, que é o pai do empresário que comprou a Euronews.

*Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.*

Aliás, no seu próprio Governo há uma secretária de Estado, a Secretária de Estado da Saúde, que foi consultora desta empresa, a Alpac Capital, para a Euronews, que também detém em Portugal dois títulos de imprensa. Esse é outro problema, o problema da opacidade na propriedade de títulos de imprensa em Portugal.

Mas a questão que lhe coloco é se já envidou esforços para procurar esclarecer, junto do seu companheiro de partido e ex-Eurodeputado e Secretário-Geral no Parlamento Europeu e da sua Secretária de Estado, se, na altura, tinham noção disto que ontem foi revelado, ou seja, que, afinal, esta era uma operação de influência, de interferência, em tudo igual às de Putin, só que a partir da União Europeia.

**Vozes do CH:** — Eh...!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Só que, ao contrário do que acontece com Putin, nós, na União Europeia, podemos fazer qualquer coisa. Podemos ativar o artigo 7.º no Conselho Europeu que há tanto tempo o Parlamento Europeu propôs.

Tenho a ler-lhe, a este propósito, o seguinte: «Cabe ao Conselho declarar que há um manifesto risco de violação daqueles valores [da União Europeia]. Para este efeito não é preciso unanimidade, bastam 4/5 dos Estados. A partir daí, o Conselho Europeu pode avançar por uma decisão que atesta à violação persistente e grave daqueles valores.»

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Olhe o tempo!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Diria ainda que ninguém tem feito nada; a passividade da Europa é uma das principais culpadas para a abertura com que Viktor Orbán faz declarações polémicas. Tem feito isto de forma cada vez mais aberta e ninguém tem feito nada.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Olhe o tempo! Isto é como os jogos do Porto, é até o Porto marcar! Aqui é até o Rui se calar!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Isto são tudo — Sr. Deputado Filipe Melo, oiça, que talvez aprenda qualquer coisa — declarações *ipsis verbis* do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, que acrescenta: «... já havia muitos sinais — o Rui Tavares, como eurodeputado, já era muito crítico e estava a prever estes desenvolvimentos», aponta Paulo Rangel.»

**Vozes do CH:** — Ah...!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Também a Joacine! Foi saneada!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É verdade, estava a prever...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço-lhes que deem condições...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Já agora, se tiver condições, termino em 10 segundos.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Nem a Joacine fazia isso!

O Sr. **Presidente**: — Já pedi aos Srs. Deputados para darem condições para o Sr. Deputado Rui Tavares terminar a sua intervenção, já dei a tolerância suficiente também em relação ao tempo que foi consumido sem o Sr. Deputado falar e, portanto, pedia-lhe que fizesse o favor de terminar e que os Deputados dessem condições para que o Sr. Deputado o possa fazer.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sim, é verdade que, como dizia o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É sempre igual!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... eu já previa esses desenvolvimentos e prevejo também os seguintes nos próximos três minutos:...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Tens uma bola de cristal?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... o Sr. Primeiro-Ministro chutar para canto e dizer que não vai fazer aquilo que o seu antecessor António Costa também não fez, que eu critiquei por isso e que o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros também criticou.

O desafio fica: prove que estou errado. Diga que já no próximo Conselho Europeu se vai juntar a quem quer ativar o artigo 7.º contra o Governo do Sr. Orbán.

*Aplausos do L.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Estão muito nervosos!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — És muito baixinho, ainda!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Como é que se chamava o assessor da *Stasi*?!

O Sr. **Presidente**: — Preciso de dar a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, mas, para o Sr. Primeiro-Ministro poder responder, temos de ter condições para o efeito.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, acho que fez uma bela tentativa de chutar à baliza, mas chutou para a bancada.

*Risos do CH.*

Acho que foi basicamente isso que quis aqui fazer e é o seu papel também.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Pronto, estou errado...!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Deixe-me só fazer dois ou três comentários às observações e às questões que suscitou.

Em primeiro lugar, quero dizer-lhe que sim, concordamos que os princípios da União Europeia, os fundamentos deste projeto, ficam colocados em causa com intervenções e agentes políticos que têm uma visão não especialmente condizente com esses princípios.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Mais ou menos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É verdade! Todos os projetos totalitários, de esquerda e de direita, são inimigos da União Europeia. É verdade!

O totalitarismo não faz parte da matriz fundadora de um projeto que se quer solidário, de respeito pelos direitos humanos, de respeito pela democracia, de alicerce de uma prosperidade económica que traga bem-estar às populações, aos cidadãos europeus e que traga também a sustentabilidade de políticas que deixaremos aos vindouros, de sustentabilidade ambiental, de sustentabilidade social.

Todos aqueles que têm uma visão totalitária e não democrática da execução destes princípios são inimigos da União Europeia.

E é verdade também que há muitos populismos e muitos extremismos, muitos radicalismos, de direita e de esquerda, que não se enquadram neste espírito. Por isso, a afirmação da Presidente da Comissão Europeia tem respaldo numa opinião que até merece a sua concordância e que merece também a nossa.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E consequências?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Estamos desse ponto de vista do mesmo lado. Espero que não estejamos tantas vezes, senão um dia destes ainda nos vamos confundir.

*Risos do PSD.*

Mas, de facto, na fixação de princípios democráticos, estamos do mesmo lado e estaremos sempre do mesmo lado.

Depois, Sr. Deputado Rui Tavares, percebo o seu interesse, a sua afinidade — diria quase, até, a sua paixão — com algumas questões relativamente ao funcionamento da União Europeia e ao cruzamento dos interesses dos vários Estados da União Europeia, que é uma questão complexa, porque não somos todos iguais, não temos regimes políticos exatamente iguais, não temos culturas iguais, e é um desafio enorme, gigante, podermos consensualizar, mas o Sr. Deputado não desconhece que o processo que na Europa os governos vão trilhando com vista a consensualizar posições nos impedem, muitas vezes, de abrir frentes de combate entre Estados-Membros da União.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Vai desapontar o seu ministro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Isso é, de resto, o princípio para fazer cair e frustrar precisamente o interesse dos cidadãos que representamos.

E deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado Rui Tavares, evidentemente que não fiz nenhuma diligência a propósito das notícias que vi também ontem na comunicação social. Não fiz, nem vou fazer, porque não me cabe a mim fazer uma investigação sobre a forma como determinado órgão de comunicação social foi adquirido.

Naturalmente, tenho interesse em saber, mas não tenho a competência para ser investigador. Investigador não vou ser. Se o Sr. Deputado tem essa vocação,...

*Risos de Deputados do CH.*

... eu respeito — e depois dar-nos-á nota do resultado das suas indagações —, mas não é isso que se pode pedir a um Primeiro-Ministro de um Estado-Membro da União Europeia.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do CH e contraprotestos do L.*

Devo até confessar que acho lamentável a pequena invocação que fez à circunstância de um membro do Governo, no caso a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado da Gestão da Saúde, poder trabalhar num grupo de comunicação social que possa estar também associado a esse grupo.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não é bonito nem lhe fica bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não é lançar a suspeita! É o artigo 7.º!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E vou-lhe dizer porquê. É que se trata de uma pessoa que é uma reputada economista, que já teve responsabilidades em várias empresas de comunicação social, que foi agora recrutada — e muito bem — para o Governo, que é uma mais-valia para o Governo, e o seu percurso profissional nada tem a ver com a questão que o Sr. Deputado aqui suscitou.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, que dispõe de 2 minutos e 30 segundos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Secretários de Estado, queria, em nome da bancada de CDS-PP, cumprimentar o Sr. Primeiro-Ministro e desejar que neste seu primeiro Conselho Europeu tenha a oportunidade de marcar posição sobre algumas matérias que são importantes no contexto europeu, mas que são também importantes no contexto da aprovação do Programa do Governo e na coincidência que existe — e que é uma coincidência feliz — em relação à agenda deste Conselho e a algumas das prioridades do Programa do Governo.

Quando falamos do novo acordo para a competitividade, há um cruzamento importante, e que pedia que o Sr. Primeiro-Ministro aprofundasse, entre uma lógica de fortalecer a competitividade da União Europeia e alguns dos investimentos que a União Europeia prevê fazer para reforçar essa competitividade e o que pode ser uma política do Estado português de atração de investimento, de criação de condições favoráveis para localizar em Portugal alguns dos investimentos que, por exemplo, no aspeto da reindustrialização podem ser muito relevantes na concretização desta agenda.

*Protestos do CH.*

Queria colocar uma questão que tem a ver com a competitividade da União Europeia, não só em termos internos, mas principalmente em termos globais, e com a evolução de outros blocos relativamente à sua posição em relação a uma visão anteriormente muito mais liberal do comércio internacional e àquilo que hoje em dia, por exemplo, nos Estados Unidos, é uma afirmação de uma lógica muito mais protecionista, que, obviamente, não pode ser indiferente à definição da sua estratégia por parte da União Europeia.

Isso tem a ver também com a definição de regras no contexto europeu para que não haja em relação às empresas que estão no nosso espaço económico condições de limitação, do ponto de vista regulamentar e fiscal, que, obviamente, depois signifiquem que quando vão competir com empresas nas mesmas áreas de outros blocos, tenham logo aí um obstáculo. E isso é essencial porque a União Europeia tem uma tradição regulamentar que muitas vezes dificultou esta concorrência. E, portanto, não nos podemos queixar do efeito e depois não fazer nada para que a causa seja alterada.

Por fim, e porque o tempo está a terminar, uma pergunta muito concreta.

No primeiro *draft* deste Conselho não estava nenhuma referência à questão da Ucrânia. Sabemos que há, neste momento, um bloqueio no Congresso americano relativamente ao apoio à Ucrânia. Ora, numa altura

destas é fundamental que a União Europeia dê um sinal. É público que vários Estados se estão a mobilizar para que se introduza no comunicado e nas conclusões deste Conselho uma referência à Ucrânia e ao reforço da posição da União Europeia no apoio à Ucrânia, e o que quero perguntar é se Portugal vai estar entre os Estados que vão apoiar a inclusão dessa conclusão no comunicado do Conselho.

*Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, dou a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado João Almeida, obrigado pelas questões que colocou.

Começando já pela última, quero dizer-lhe que, se houver uma proposta de referência nas conclusões deste Conselho à situação da Ucrânia, que possa ir no sentido de sinalizar exatamente o apoio da União no encaço da solidariedade com a Ucrânia, o Governo português acompanhará essa referência e, portanto, sobre isso não há nenhuma dúvida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que a questão que colocou é muito interessante e importante, porque todos olhamos para o processo de fortalecimento da competitividade da economia europeia, para os princípios que são enunciados, e concordamos. Aliás, isso esteve aqui hoje patente neste debate, logo nas primeiras intervenções, até na intervenção do maior partido da oposição, pois todos queremos mais competitividade, mais concorrência, mais lealdade no comércio internacional, até, muitas vezes, mais reciprocidade. E depois esquecemo-nos de que, mesmo dentro da União, é preciso garantir também esses mecanismos de concorrência, esses mecanismos de uma competição justa e leal. E um dos mecanismos que mais tem prejudicado a economia portuguesa é não termos uma política fiscal que se aproxime daquelas que são mais competitivas, mesmo dentro da União Europeia.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E aqueles que querem o reforço da competitividade da economia e das empresas são, depois, contra um fator que é determinante para alcançar aquilo que o Sr. Deputado aqui evidenciou, a atração de investimento.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E não é só a atração de investimento. A atração de investimento é fundamental, mas depois é o próprio investimento, é o facto de as empresas poderem decidir avançar com mais tecnologia, com mais conhecimento, com mais ciência, com incorporação de mais inovação, para poderem, de facto, ser mais competitivas, ganharem quotas de mercado, terem mais rentabilidade e pagarem melhores salários.

Ora, aqueles que querem tudo isto, que querem melhores salários, mais competitividade, capacidade de gerar oportunidades de emprego novas, depois são contra o instrumento que garante, precisamente, a consecução, a prossecução desse objetivo! Há aqui uma contradição.

Mas quero assegurar, Sr. Deputado João Pinho de Almeida, que a contradição não mora nesta bancada, não mora neste Governo.

Nós olhamos para a competitividade fiscal como um elemento de política económica, como um elemento de atração e de promoção do investimento. Temos de atrair investimento direto estrangeiro, mas também temos de promover o investimento das nossas empresas, das empresas que cá estão. E é com isso que podemos gerar riqueza que, depois, paga melhores salários e pode reter o capital humano, que também é importante que seja integrado neste projeto e neste desenvolvimento.

Portanto, Sr. Deputado, estou absolutamente de acordo e espero que, no Conselho Europeu, esta filosofia que vejo aplicada em muitos países da União Europeia possa ser a dominante e que possamos ser, dentro desse domínio, um dos protagonistas que estão na vanguarda, na linha da frente.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, que tem 1 minuto e 30 segundos disponíveis.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Primeiro-Ministro novamente, bem como os restantes Membros do Governo, desejando, em particular, um bom mandato ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

No que diz respeito à matéria que aqui nos traz, não irei repetir, até por economia de tempo, a questão relativamente à Ucrânia, porque o Sr. Primeiro-Ministro já a esclareceu, e saudamos que se mantenha o apoio que Portugal até aqui tem prestado.

Mas há duas questões que gostaria de trazer a debate.

Por um lado, não posso deixar de referir que foi com grande alegria que ontem vimos o Parlamento Europeu assumir uma posição em relação aos direitos humanos das mulheres ao garantir o direito à saúde sexual e reprodutiva, incluindo o direito à interrupção voluntária da gravidez, na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, porque está aberto, sem dúvida, um caminho de reforço dos direitos humanos das mulheres e não de retrocesso, como temos visto até aqui. Esperamos também que o novo Governo não seja um obstáculo a estes avanços e que mantenha a posição humanista que Portugal sempre teve no respeito pelos direitos das mulheres, no âmbito também da União Europeia.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Não foi sempre, foi só depois de 2007!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Por outro lado, gostaríamos de referir os retrocessos, e falo da aprovação relativamente à PAC (Política Agrícola Comum).

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Em 1998 a posição era outra!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Isto porque foi aprovada uma aceleração do procedimento relativamente a esta reforma, e verificamos que há requisitos ambientais que estão a ser aligeirados, que há derrogações de proibições, como aos pesticidas, que há um enfraquecimento de elementos da PAC até em violação do Pacto Ecológico Europeu e dos compromissos ambientais.

Sr. Primeiro-Ministro, aquilo que está a acontecer neste momento é precisamente uma fragilização dos agricultores,...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — E a apanha de bivalves?!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... porque sem termos um maior investimento na transição climática que garanta um apoio financeiro aos agricultores não vamos garantir a soberania alimentar, não vamos garantir a proteção dos produtores às grandes intempéries, aos fenómenos climáticos extremos ou à seca extrema, sendo que Portugal é um país particularmente fragilizado neste domínio.

*Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.*

Portanto, pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que posição é que Portugal vai ter para garantir que os nossos produtores estão protegidos, nomeadamente na dimensão das alterações climáticas.

Referiu há pouco o Mercosul e, mesmo para concluir, Sr. Presidente, gostaríamos de saber,...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — «Gostaríamos» não! Gostaria!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... relativamente a este acordo, que é um atentado ambiental em várias dimensões, o que é que o Sr. Primeiro-Ministro estará disponível a fazer para garantir que os pressupostos ambientais são respeitados.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, sobre este último aspeto, já tive ocasião de o dizer e vou apenas reiterar que defenderemos, no seio da União Europeia, a agricultura europeia, mas, sobretudo, a agricultura e os agricultores portugueses.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Quero desde já dizer o seguinte: considero que os agricultores portugueses têm um elevado sentido de responsabilidade e compromisso com o ambiente. Em todo o País, tenho assistido a pessoas, instituições ligadas à agricultura, agricultores e empresários agrícolas absolutamente comprometidos com as alterações climáticas e com o respeito do ambiente.

Aquilo de que também precisamos é que as pessoas que têm uma visão de proteção ambiental possam estar comprometidas com os agricultores e com a agricultura.

**Vozes do PSD**: — Exato!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E é isso que é preciso fazer na Europa toda, porque, Sr.<sup>a</sup> Deputada, repare bem: se tivermos regras sobre a utilização de pesticidas, de produtos químicos, de tal maneira apertadas que inviabilizem métodos produtivos, o que é que vamos ter como consequência? É a entrada, no espaço europeu, e português, de produtos provindos de geografias onde essas exigências não existem.

*Aplausos do PSD.*

Quer isto dizer que estamos contra as exigências? Não. Devemos percorrer esse caminho, mas devemos fazê-lo com equilíbrio. A pior coisa que a Europa faz, muitas vezes, é estar na vanguarda de uma decisão contra si própria,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... que favorece outros blocos comerciais em desfavor do seu próprio interesse!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, aí não vamos vacilar.

Sobre a questão do aborto, deixe-me dizer-lhe, de uma forma muito clara, que não é uma questão do Governo. Não é uma questão do Governo, é uma questão individual. Aliás, no meu partido, como sabe, temos uma tradição de encarar a avaliação desse tema e do edifício legislativo a propósito desse tema de uma forma livre.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Mal!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas, sobre a questão em particular, quero dar-lhe a minha opinião, que também é a opinião do meu partido; não resisto a fazê-lo, mais uma vez abrindo aqui esse precedente, mas acho que compreende e faço-o em respeito ao Parlamento, ao País e também à Sr.<sup>a</sup> Deputada. Há dois direitos que conflituam: o direito à autodeterminação da mulher e o direito à proteção da vida do nascituro. O processo de interrupção voluntária da gravidez é a forma, é o compromisso jurídico, de resolver esse conflito.

Por isso é que, nos ordenamentos jurídicos, existem condições, requisitos para a adoção dos procedimentos tendentes à interrupção voluntária da gravidez, que são requisitos ou de circunstância, de previsão fáctica, ou até de prazo. Ora, o que é que a consagração como direito fundamental do direito à interrupção voluntária à gravidez traz? Um desequilíbrio no ordenamento jurídico,...

*Protestos do Deputado do L Rui Tavares.*

... porque isso significa que, dos dois direitos que estavam em conflito, se vai fazer com que, no fim, prevaleça, integralmente, apenas um, o que significa o desaparecimento do outro.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Claro! Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu, pessoalmente, e o meu partido, não defendemos isso.

Portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, não quis deixar de lhe responder, por uma questão de transparência, por uma questão de verdade e, já agora, para antecipar qualquer questão que me quisessem colocar nos próximos dias sobre esse aspeto.

Foi um gosto estar aqui convosco, continuação de bom trabalho.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, duas notas antes de encerrar a sessão.

A primeira para, no final desta maratona parlamentar, agradecer a todos os Srs. Deputados terem facilitado à Mesa a condução dos trabalhos, pelo que, em nome da Mesa, agradeço essa facilitação à organização dos trabalhos.

Anuncio também que no próximo dia 17 de abril, às 15 horas, temos nova reunião plenária, tendo como ponto único da ordem do dia declarações políticas.

Agora sim, está encerrada a sessão.

*Eram 17 horas.*

*Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.